

Congresso perde o ímpeto reformista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Até a reunião da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, dificilmente mudará algum valor de importância, no plano institucional. As recentes e inexplicáveis tertúlias parlamentares em torno da simples aprovação da emenda convocatória da Constituinte demonstraram o esgotamento prévio da capacidade reformista do atual Congresso. Pode acontecer, por inusitado, que essa previsão não se confirme, mas a previsão é outra. Segundo líderes e observadores parlamentares, se não sobrevier o imponderável, as instituições nacionais serão essas mesmo, até o momento da promulgação da nova Carta.

Equivale a dizer, desfazem-se esperanças de remoção antecipada do lixo autoritário deixado pelo velho regime. Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional, decreto-lei de censura prévia, para não falar do entulho localizado na Constituição — tudo permanecerá na mesma. As emergências constitucionais, o estado de emergência, o decurso de prazo, o decreto-lei e tantos outros cerceamentos à liberdade do Congresso permanecerão como herança maldita. Mesmo postos em desuso, em grande parte, estarão incrustados em nossos mecanismos legais os absurdos que durante vinte anos caracterizaram a ditadura. O que conduz o País a uma singular situação: não somos mais ditadura, é verdade. Mas ainda não somos democracia. Evoluímos naquela zona fluida do ser e do não ser. Estamos assentados nos bons propósitos e nos princípios éticos dos atuais governantes, não em estruturas democráticas indiscutíveis. Não haverá censura à imprensa, cerceamento dos direitos e garantias individuais, humilhação do Congresso e prepotência do Executivo, mas, tudo porque o presidente José Sarney não permitirá. Porque o poder público não lançará mão dos instrumentos excepcionais postos à sua disposição. Porque são bonzinhos.

Com o final do ano político, agora verificado, registra-se lamentável realidade. Perdemos, ou perderam os políticos, excepcional oportunidade de passar o País a limpo. E nem é preciso argumentar que a Assembléia Nacional Constituinte, ao

Será 1986 um ano tipicamente eleitoral, valendo, outra vez, a ressalva: salvo surpresa ou inesperado. Os ministros atuais deixarão de ser ministros, em grande maioria, entre eles Fernando Lyra, da Justiça, com toda certeza. Como vinham de seu gabinete as últimas e débeis promessas de mudar logo a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, nem a isso assistiremos. Ele acaba de declarar que em março encaminhará ao Congresso um elenco de alterações, mas em março já estará em Pernambuco, candidato ao Senado. Fica tudo para a panacéia universal, a Assembléia Nacional Constituinte, ou para depois dela. Dependendo dos postulados maiores que o constituinte futuro consagrará a respeito dos meios de comunicação, mantendo ou alterando os textos em vigor, em seguida é que se cuidará das leis complementares e das leis ordinárias.

Espera-se que não venhamos, mais tarde, a lamentar o tempo agora perdido. Politicamente, 1985 terá sido um dos anos mais plenos de acontecimentos, de inusitados e de conquistas políticas. Da eleição de Tancredo Neves e José Sarney à derrota de Paulo Maluf, dos propósitos da Nova República à doença e morte de seu criador, da surpreendente ação positiva do atual presidente à ebulição partidária, tudo passará à crônica. Até o feliz início da atividade reformista, com o restabelecimento das eleições presidenciais diretas e a adoção do voto do alfabetado, da opção pelo social à definição da nova estratégia econômico-financeira. O problema é que, em dado momento, interrompeu-se a tarefa que precisaria ser dinâmica e contínua, da derrubada do lixo autoritário ao aprimoramento de certas leis, como a que poderia permitir a punição dos ladravazes de colarinho branco.

Empurrou-se o País para o limbo institucional sem razão definida, porque razão, certamente, não haverá para ciosos e enciumados futuros constituintes. O fato de alguém trabalhar hoje não prejudica o trabalho de amanhã. Pelo contrário.

O resultado será o acirramento das campanhas, no ano que vem. A transferência do debate institucional dos plenários do Congresso e dos gabinetes ministeriais para os palanques. Com todos os perigos inerentes à necessidade de radicalizar

...dele diz um de seus principais assessores, lembrando ainda seu êxito na iniciativa privada: "Como-
ção com uma fabricação de torrelas
e acabou liderando um poderoso gru-
po de Olavo Setúbal costumam
nar, quando os adversários o acu-
sam — como fez esta semana Orestes
Quêcia — de ter-se aproveitado, co-
mo banqueiro, "desse 21 anos de ar-
bitrio e opressão".

...principalmente,
os votos jantistas e, principalmente,
do Herbert Levy, mas ele conta com
compromisso avaliado pelo deputa-
para o Palácio dos Bandeirantes (um
e após em 86 o nome do chanceler
novo prefeito mantém sua palavra
Muita gente ainda duvida que o
vitória de Jânio Quadros.
coligação com o PTB que garantiu a
agora jantista e candidato, depois da
tanto, que Olavo Setúbal se declare
novo. Nada mais coerente, por-